

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3017/2025

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual Zoom, sob a presidência de **GERMANO BREMM**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Andréia Teixeira Camisa (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Ivan José da Silva (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDet**; Débora (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Bruno Beltrame (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Eber Pires Marzulo (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Fernando Campos Costa (Titular), **Amigas da Terra**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Diogo Ferreira Schiaffino (Titular), **SERGS**; Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; e Antônio Carlos Zago (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto

Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular) e Milton Borges (2º suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Lirian Karine S. Nachtigall (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA:

Gabriela Brasil e Bárbara Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Rute Silva, **SMAMUS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Apreciação e votação das Atas 3004 a 3016/2024;

4. Ajuste da Instrução Normativa 04/2021, referente ao processo de revisão do Plano Diretor;

5. Ordem do Dia.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h10min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, conselheiros, conselheiras. Bom, vamos lá, são 18h10mi. Temos quórum. Saúdo a todos presentes, pedindo desculpas por não conseguirmos realizar a nossa reunião na semana passada, em função de problemas técnicos. Eu acho que a gente estava desacostumado um pouco com a nossa retomada das reuniões, extremamente relevante, importante, a gente produzir os debates em prol da nossa Porto Alegre, especialmente nesse momento de revisão do Plano Diretor. A importância da gente ter a cooperação das entidades, dos representantes das regiões, do governo, como um todo, no sentido de produzir esse debate da revisão do Plano Diretor, extremamente relevante e



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

importante. Eu vou fazer rapidamente aqui a chamada, estou um pouco destreinado, mas a gente vai aos pouquinhos treinando novamente os nossos formatos e procedimentos. Eu vou fazer a chamada e peço a gentileza de quem tiver interesse em fazer uso do período de comunicações, fazer inscrição no chat, para que a gente possa na sequência fazer a leitura. [Relação dos presentes na inicial]. Faltou alguém? Por favor, pode fazer um indicativo ali no chat também, para que a gente vai consignar a presença de todos. Vamos, de imediato, passar para o período de comunicação, só ouvir uma manifestação, uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Boa noite, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro, Secretário, saudar todos os conselheiros e conselheiras. A minha Questão de Ordem se fundamenta em duas questões. Primeira, Secretário, há uma decisão judicial que tornou ilegal a representação de algumas entidades. Então, entendo que esta reunião é temerária, até porque nós teremos votação e análise de processos. E, segundo informações, ainda não há aceitação da apelação nos duplos efeitos, Secretário, que é o efeito devolutivo e suspensivo. Então, a decisão está valendo enquanto não houver manifestação e decisão sobre aceitação ou não da apelação. Então, essa é uma questão que eu queria lhe colocar. A segunda Questão de Ordem é um minuto de silêncio que este Conselho poderia fazer em homenagem ao Pepe Mujica, Presidente do Uruguai, senador que faleceu ontem, uma grande liderança não só da América Latina, não só do Uruguai, mas do mundo. Então, eu queria que o senhor pudesse fazer uma homenagem, uma justa homenagem a esse grande líder latino-americano Pepe Mujica. Tá? Obrigado, era isso, Secretário. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelo reconhecimento. Acho importante, não tenho dúvida que todos os conselheiros se solidarizam com a passagem dessa liderança reconhecida mundialmente pelo seu diálogo e expertise. Eu só gostaria de responder especificamente, Conselheiro, com relação ao ponto que o senhor nos trouxe da decisão judicial. A gente chegou a conversar na reunião anterior, quando da retomada, no sentido de que, em havendo a apelação por parte do município, o recurso sendo recebido, há a suspensão dos efeitos da decisão de primeiro grau. É nesse sentido que a gente retoma as reuniões. Naturalmente, respeitamos o Estado Democrático de Direito, a decisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

88 dos juízes de primeiro grau, mas há as devidas instâncias recursais e o município, uma vez
89 interpondo esse recurso e ele sendo recebido, tem essa condição de seguir praticando, vamos
90 dizer assim, os seus atos, naturalmente em estrito respeito aos ditames legais e pela convicção
91 de que, também no que se refere à organização da eleição e toda a nossa argumentação levada,
92 entendeu, aos autos, de que a tese apresentada em juízo, ela se contrapõe àquilo que foi
93 praticado pelo município, não nessa última gestão, mas em todas as gestões, desde à
94 concepção do Plano Diretor. Então, esse modelo de participação e representação das
95 entidades, dividido entre entidades de classe e afins ao planejamento urbano, essa distribuição,
96 ela é praticada, não foi uma inovação. Tanto é assim, comentei na última reunião, que algumas
97 das entidades, não recorde, que ingressaram em ação, são entidades que tinham até então a
98 representação sob essa mesma perspectiva de interpretação. Então, nesse caso, a entidade não
99 conseguindo ser reeleita para esse próximo pleito, ela se resignou e entrou com ação
100 questionando a forma de representação que ela vem usando em outras oportunidades. Mas, é
101 do espírito democrático, o judiciário está aí para socorrer as eventuais indignações com relação
102 à compreensão, aplicação da legislação e tal. A gente respeita e temos as devidas instâncias
103 recursais para recorrer e levar essas diversas teses e interpretações, para serem debatidas.
104 Independente disso, nós temos aí uma matéria importante para avaliar no âmbito deste
105 Conselho, pedimos a compreensão, a colaboração de todos os conselheiros, em que pese essa
106 discussão judicial, ela vá acontecer na instância adequada e que aqui, enquanto a gente tiver as
107 nossas dinâmicas de reuniões, que a gente consiga efetivamente ser contributivo, possa fazer o
108 debate em prol da nossa cidade, com as mais diversas visões que aqui temos representadas.
109 Então, a gente espera, pede essa contribuição de todos os conselheiros, que a gente consiga
110 fazer esse importante debate para a cidade. Nesse sentido, já passo ao período de
111 Comunicações, temos inscritos: Conselheiro Felisberto, Conselheiro Zago, Conselheiro Éber,
112 Fernando, Luiz Gomes. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
113 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** O Conselheiro Jackson pede depois do
114 encerramento. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
115 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ah, perfeito. Vamos abrir então aqui, como foi
116 mais ou menos no mesmo. Vamos abrir a oportunidade para o Conselheiro Jackson. Aí

novamente, por favor, consigne ali o encerramento da inscrição para Comunicações e oportunizo a fala ao Conselheiro Felisberto. Três minutos, Conselheiro, de comunicação. Fique à vontade.

2. COMUNICAÇÕES;

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:

Bom, reitero a questão da ilegitimidade de qualquer decisão deste Conselho nesse momento, tendo em vista a decisão judicial. Entendo as suas ponderações, mas continuo dizendo que é temerário qualquer decisão que, porventura, venham tomar hoje. Com relação à instrução normativa, eu entendo que também há um problema muito sério, porque havia os grupos de trabalho que trabalharam nas regiões e houve todo um trabalho técnico feito, e isso não houve um detalhamento, na minha opinião, com as regiões e nem com o grupo técnico. Então, fica meio que, “encerrar os grupos”, eu sei que isso é o tema da instrução depois da pauta, mas eu já queria ponderar isso, para que a gente pudesse refletir um pouco sobre isso, porque os grupos de trabalho exerceram o seu, vamos dizer, durante todo o período de que funcionava o Conselho, fizeram propostas que estão ali e que contribuíram para apresentação do plano, então, para construção do plano de revisão. Então, é importante que a gente tenha esse cuidado de que a gente tenha muita atenção com isso. E insisto, é temerário acabar com os grupos de trabalho, porque isso interfere muito na participação da cidade, a participação da cidadania, a participação das regiões, e nós tivemos um agravante durante esse período que foi a enchente. Então, é importante que a gente tenha a capacidade de abrir o debate nas regiões, para que elas possam avaliar, principalmente nas regiões que sofreram o maior prejuízo, como é o caso do Sarandi, o Humaitá, Navegantes, o próprio Centro Histórico sofreu alagamento durante 40 dias. Então, há toda uma nova dinâmica de avaliação da estrutura. Então, é importante que a gente tenha esse cuidado. Então, Secretário, eu pondero mais uma vez que a gente tenha o cuidado para que a gente possa ter uma discussão em que atenda os interesses de toda a população, e não os interesses só de algum setor que a gente vê que cada vez é mais privilegiado nas decisões dessa administração. Contrário, inclusive, saiu um decreto sobre a questão do Centro Histórico, que também não houve uma ampla discussão, a construção de 130 metros na Região Central, isso sem nenhum critério de avaliação da infraestrutura, se ela

146 suporta essas novas construções, principalmente em torno da Avenida Mauá, que é uma região
147 que foi seriamente afetada, que precisa ser analisada. Já estou encerrando, faltam quanto? 30
148 segundos, Secretário? **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio**
149 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Terminou, mas pode concluir.
150 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não,
151 só finalizar o raciocínio. Então, há uma necessidade de que a gente pense bem sobre a
152 importância da discussão nos grupos de trabalho, tanto técnico como das regiões. Era isso,
153 Secretário, obrigado. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio**
154 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bem, obrigado, Conselheiro
155 Felisberto, pela contribuição, lembrando que se trata de um espaço livre de manifestação, no
156 período de comunicação, e na sequência, a gente vai efetivamente entrar nessa pauta. A
157 Patrícia vai fazer os devidos detalhamentos, explicações das diversas etapas que a gente vem
158 desenvolvendo. Não se trata de encerrar, efetivamente, grupos em função especificamente do
159 momento, as etapas previamente organizadas que compõem leitura da cidade, discussão,
160 sistematização e propostas. Elas precisam evoluir, então é nessa perspectiva, a partir do
161 momento de toda leitura, todo debate que foi feito que a gente precisa dar sequência
162 efetivamente para ir produzir o debate agora, aqui no âmbito deste conselho, e a gente poder
163 seguir com a proposição. Na sequência, eu tenho o Conselheiro Zago inscrito. **Antonio Carlos**
164 **Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – Sinduscon-RS:** Boa noite
165 a todos! Boa noite, Secretário! Boa noite, Gabriela! Boa noite a todos os meus colegas! Em
166 primeiro lugar, eu quero saudar o retorno do Conselho. Eu acho que depois de tantas
167 tentativas de tirar a legitimidade deste Conselho, estamos aqui de volta para discutir os
168 assuntos que interessam à cidade como um todo, e não simplesmente algumas tendências. Eu
169 acredito, todo o processo que fez a composição deste Conselho, processo legítimo, que teve
170 tempo de ser discutido, analisado e foi aprovado. E todos nós que fomos eleitos para
171 participar, através das nossas entidades, somos legítimos aqui. E todas as nossas defesas,
172 aquilo que defendemos, aquilo que pensamos, também é legítimo, como são legítimas todas as
173 ideias que se contrapõem. Eu acho que é tempo agora de nós olharmos para frente, avançar, a
174 cidade está esperando para que se dê um direcionamento para todas as ideias que foram

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

175 trazidas durante o tempo em que foi discutido o Plano Diretor nas comunidades, nas entidades,
176 aqui no próprio Conselho, todos os grupos de trabalhos, todas as audiências que foram feitas.
177 A cidade está clamando para que isso seja compilado e para que nós possamos, de fato, agora
178 nos debruçar em cima de uma minuta de lei, de alguma coisa, queremos ver o resultado de
179 todas essas discussões e não protelar as discussões. Eu acho que nós temos sim que olhar para
180 frente. Nós temos que deixar esses ranços todos, que têm travado todas essas questões que:
181 “Eu não gostei e vou judicializar”. Eu acho que, por favor, isso aí está uma minoria tentando
182 responder pela maioria. Isso revolta a sociedade como um todo. Dizer que não somos
183 legítimos nos revolta mais ainda, ainda mais quando nós discutimos e abrimos para discussões
184 em todas as reuniões que nós participamos. Eu acho que sim, nós temos legitimidade, fomos
185 eleitos, fomos conclamados a estar aqui para defender a cidade como um todo, em primeiro
186 lugar. E também as nossas convicções, mas sempre se sujeitando ao todo maior, que é a
187 cidade. Secretário, eu desejo que nós tenhamos um trabalho agora profícuo, que a gente não
188 fique ainda nessas amarrinhas e discussões colaterais que têm impedido que nós avancemos.
189 Eu acho que agora vamos discutir essa instrução normativa, depois vamos nos debruçar sobre
190 o projeto de lei propriamente dito, e vamos avançar. Porto Alegre está esperando, Porto
191 Alegre já cansou de esperar para que tudo isso venha acontecer. Esgotou o meu prazo,
192 agradeço pela oportunidade. Um abraço a todos, boa reunião. **Germano Bremm**
193 **(Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
194 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição ao debate. Vamos seguir aqui com
195 a inscrição, Conselheiro Eber. Três minutos, Conselheiro. **Eber Pires Marzulo (Titular),**
196 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Oi, boa noite conselheiras,
197 conselheiros! Boa noite, Secretário. Eu gostaria de fazer uma fala manifestando meu repúdio
198 ao discurso de posse do Prefeito e deixar claro que a defesa da ditadura não se situa em
199 nenhuma forma de direito ou liberdade, pois ela é, por princípio, qualquer defesa de ditadura,
200 uma apologia à tortura e assassinatos. Logo, por princípio, a defesa da ditadura, sendo uma
201 apologia à tortura e assassinatos, é um crime. E nós todos e todas tivemos que ouvir um
202 discurso de posse do Prefeito da nossa cidade, em que temos uma representação no seu
203 Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, fazendo uma defesa daqueles que

204 explicitam estar de acordo com uma experiência que gerou sofrimento em milhares e milhares
205 de brasileiros. Manifesto meu repúdio e me declaro envergonhado enquanto porto-alegrense,
206 de ter escutado um discurso de posse de um prefeito democraticamente eleito defendendo o
207 direito à manifestação como se situando no interior de alguma forma de liberdade, a defesa da
208 ditadura e a sua carga de tortura e assassinato implícita. Era isso que eu gostaria de deixar
209 registrado. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
210 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Eber. Vamos seguindo
211 aqui, então, com a inscrição do Conselheiro Fernando. **Fernando Campos Costa (Titular),**
212 **Amigas da Terra:** Boa noite a todos e todas. Primeiro, trazer que o nome da organização é
213 Amigas da Terra, está no feminino, que é como a gente se autodeclara. E trazer também, acho
214 que para além da condição de respeitar a nossa Constituição, e nela está colocado esses três
215 poderes que dialogam entre si, e quando a gente percebe que um deles está passando do limite,
216 está construindo legislação própria, está legislando em causa própria ou de afins, que no caso
217 dos afins é o setor empresarial da cidade, é a especulação imobiliária, é o setor da construção
218 civil. Claro que eu falo que tem, é parte, porque tem uma parte que é ogro realmente, e que
219 está lá na Zona Sul fazendo grilagem de terra e situações com apoio de forças não legais no
220 país. E, ao mesmo tempo, a gente lançou essa nota que explica, já que a gente não tem espaço
221 aqui para conseguir discorrer sobre o tema, todas as situações numa nota técnica que essas
222 organizações se somaram para conseguir tornar público e que a sociedade saiba o que está se
223 falando. Então, não é um não legitimar o espaço, mas é sim dizer que situações desde a
224 decisão das postergações das eleições, depois de fazer a eleição, constituir a comissão
225 eleitoral, onde historicamente tinha composição da UFRGS ou da Metroplan, que não era só a
226 Prefeitura, num processo também que era essa escolha do que são afins do urbanismo. Então,
227 são temas que têm sido discutido, foram pautas, muitas já foram negadas e isso dessa vez não
228 teve uma expansão e por isso se rompeu a democracia deste Conselho, quando a gente
229 priorizou. Então, quando a gente prioriza um setor, de certa forma, a gente conseguiu inchar a
230 eleição e com isso se tirou a partir de uma permissividade da Prefeitura e da comissão eleitoral,
231 que era a Prefeitura. Então, da nossa parte, a gente realmente colocou esses elementos ali,
232 acho que é importante, acho que esse déficit democrático, é isso um pouco também que o Eber



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

233 traz. Tem vários tipos de construção de ditadura, nós estamos vivendo uma ditadura na cidade,
234 que é isso, vai restringindo os espaços, restringindo a participação, priorizando setores, aonde
235 a gente vê hoje o setor da construção civil no controle das decisões, e tu não vê aprovação de
236 processos aonde vá buscar o direito à cidade, para os mais vulneráveis conseguir ter acesso à
237 cidade, isso a gente não vê aqui, a gente vê ampliação de favorecimentos para o setor
238 imobiliário. Então, é isso. Acredito que essa decisão judicial deve ser cumprida, e que a
239 Prefeitura tem tido repetidamente não cumprido, e isso aí é uma construção, uma bola de neve
240 que está sendo construída de insegurança jurídica, isso coloca todo o Conselho, toda essa,
241 essas decisões que a gente tomou em *judice*, e realmente inviabiliza a cidade, mas
242 prioritariamente, para quem está perdendo mais, é quem não está tendo acesso às políticas
243 públicas e um plano de habitação e o recurso da moradia, que não vem sendo distribuído e
244 colocado na Prefeitura. Então, daqui da nossa parte, nós vamos participar do momento de
245 manifestação, e vamos nos retirar da reunião, porque a gente não vai compactuar com esse
246 descumprimento judicial e tem a nossa manifestação de não concordância com isso. Então, os
247 eleitos têm que seguir a lei. Ser eleito não quer dizer poder alterar ou mudar a lei a bel prazer,
248 que é para todo mundo, para todas e todos das cidades. Então uma cidade democrática precisa
249 disso, e essa discussão de hoje é mais uma que reforça isso, com esse favorecimento e fazendo
250 com que uma discussão que poderia estar na revisão do Plano Diretor, está sendo adiantada
251 aqui como quarto distrito, como Centro, como Arado e outras iniciativas que têm sido
252 patroladas nesse processo em favorecimento às empresas, todas elas, as empresas são quem
253 ganha nesse processo. Boa noite. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de**
254 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
255 Fernando. Temos, na sequência, o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antonio Marques**
256 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:.** Boa noite,
257 Presidente! Boa noite, conselheiros, colegas conselheiros. Presidente, eu quero registrar o que
258 está acontecendo na Vila dos Pescadores. A Vila dos Pescadores tem um processo que vai há
259 alguns anos, teve sentença de segundo grau, inclusive, e em função da enchente, o Ministério
260 Público correu e exigiu que o judiciário cobrasse, não sei qual é o termo correto, que a
261 Prefeitura cumprisse a sentença, que é tirar todos os moradores de lá. O pessoal do Direito aí,

que defendem a Vila dos Pescadores, descobriu um furo na legislação, porque esse processo, durante todo esse tempo, nunca foram ouvidos os moradores da Vila dos Pescadores. E como esse furo tem repercussão em nível de Supremo e tal, acabaram conseguindo a anulação da sentença e o retorno à discussão. Então, os moradores estão bastante mobilizados, a sociedade praticamente toda apoiando eles. Eu participei, além de ser tecnicamente, digamos assim, assessor deles num projeto de reestruturação, também como conselheiro da Região 6, representante da Região 6, e eles pertencem à nossa região, eu tenho participado. E participei de uma reunião na Câmara dos Vereadores, surpreendentemente todos os vereadores, todos os partidos que estavam na reunião, na comissão, apoiando a permanência da Vila dos Pescadores. Foi realmente uma coisa interessante. Mas eu tenho dado várias sugestões no grupo, e eu tenho dado uma sugestão, Presidente, que eu acho que seria muito importante, o pessoal tem um certo medo de tocar nisso aí, mas seria muito importante. A rua ali na Avenida Guaíba, que passa ali na frente da Vila dos Pescadores, ela tem uma projeção de 30 m. Com essa projeção de 30 m, ela pega aproximadamente 40% das casas que estão implantadas lá na Vila dos Pescadores. Se reduzir o gabarito para um gabarito normal, 13 m, que hoje é menos, hoje são duas pistinhas ali de nada, 40% a rua não vai pegar nenhuma casa. E a nossa preocupação vai ser realmente trabalhar com aquelas casas que têm sobre efeito enchente, que a gente já está mapeando, o DEMHAB está lá dentro colocando as possibilidades que tem para quem não quiser ficar na vila. A grande maioria quer ficar, evidentemente, estão lá há 80 anos, aquilo não é uma invasão. Aquilo é uma ocupação promovida pela Prefeitura na enchente de 41. A Prefeitura recolheu moradores das ilhas, moradores inclusive de Itapuã e tal, e assentou ali, ou seja, não é irregular, não é um loteamento irregular promovido por um explorador aí dos coitadinhos lá, tá? Então, a gente está muito entusiasmado com a possibilidade de manter o pessoal lá agora, fazendo toda essa discussão que está havendo novamente. E eu acho muito importante, Presidente, se a gente conseguisse colocar esse projeto, eu acho que o Conselho e o conselheiro aqui da Região 6 poderia fazer isso, como projeto regional, de propor essa redução do gabarito da Avenida Guaíba. Além da questão da viabilidade, tem uma outra coisa, a Avenida Guaíba é um fiasco total urbano em Porto Alegre, porque grande trecho dela jamais vai ser aberto, porque são pátios de mansões ali do bairro Assunção, da Tristeza, de Ipanema,

ninguém vai mexer naquilo ali. E, se fosse, digamos assim, fazer o alargamento para 30 m da Avenida Guaíba, ia sair, por exemplo, o Corpo de Bombeiros, a delegacia de polícia, imagina? Então, é uma coisa que não tem sentido nesse sentido. Então, na oportunidade, eu quero consultar os técnicos da secretaria para ver essa possibilidade de construirmos um projeto, talvez pelo Conselho, por dentro do Conselho, para fazer a redução de gabarito e tirar, no mínimo 40%, da irregularidade daquelas construções ali que estão na vila, que vai contribuir enormemente para esse processo de que os moradores fiquem morando lá onde estão. Rapidamente, parabéns a esse povo aí da Prefeitura com essa nova DMI, até se alguém dos técnicos puder comentar um pouquinho. É coisa de primeiro mundo, não sei quais são os lugares no mundo que têm um instrumento tão aprimorado, instrumento fantástico para nós trabalharmos assim. Eu, quando recebi o material, eu não acreditava, eu disse: “Eu não acredito, isso aqui é um instrumento”, eu não sei quais são as cidades no mundo que têm hoje, das cidades grandes, progressistas e desenvolvidas. Meus parabéns mesmo à equipe. E se um dia for possível, apresente para o conjunto do Conselho aqui. Talvez na apresentação da própria revisão do plano ali, que eu sei que a gente usa, se vai usar, inclusive, para perceber situações de densificação da cidade, coisas do gênero, ocupação espacial, mostrem para ver o que eu estou falando, que realmente é uma coisa fantástica, absolutamente verdade. Meus colegas, bom trabalho para nós. Vamos ver se agora ninguém mais nos interrompe, porque esse pessoal que vive nos interrompendo, é o mesmo pessoal que nos cobra depois: “Pô, vocês não discutem a revisão do Plano Diretor”. Mas como é que nós vamos discutir se esse pessoal promove essas ações que congelam o nosso trabalho? Boa noite, meus amigos. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, obrigado Conselheiro Gomes. É importante oportunamente a gente compartilhar um pouco desse projeto da DMI. A Patrícia está ali, é um sonho antigo aí que a gente vinha trabalhando no sentido de profissionalizar e melhorar, trazer uma visão mais dinâmica e intuitiva. Tinha aquela informação, infelizmente, muito precária, muito difícil de acessar, e a gente vem trabalhando aí ao longo desse último ano, especialmente, já faz bastante tempo, a gente já desejava, mas trabalhamos juntos nesse último ano nos esforços da Patrícia, da Vaneska, do Matheus e tantos outros, no sentido de realmente

dar mais transparência para informação através da DMI, a gente enxergar o território da cidade e publicizar essas informações. Então, fico muito feliz com o reconhecimento e compartilho com todo o time que tem se esforçado muito para fazer isso acontecer. Conselheiro Jackson, na sequência inscrito. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos, a todas e a todes. Agradeço a oportunidade. Estou em deslocamento, pode ser que caia o sinal, mas enfim. Bom, o Conselheiro Zago roubou uma parte da minha fala, mas com relação ao que ele falou, eu só posso dizer uma coisa: infelizmente a gente vê neste país a hipocrisia de quem fala e defende, que diz ser democrático, não aceitar perder no voto e judicializar. Mas vamos falar de coisa boa, porque de coisa ruim a gente já está cheio. Parabenizar o DEMHAB pelas suas ações de Reurb na nossa região. Agradecemos imensamente o trabalho do Secretário André Machado, que tem se empenhado, junto com Simone Somense e turma toda ali. Agradecemos também à EPTC, que tem se mostrado muito sensível aos nossos pleitos, já que a região norte, especialmente, as áreas atingidas pela enchente, tem sido estudado, não só a questão das moradias, mas da mobilidade urbana. A minha fala era só essa. Estou, realmente, muito contente de poder voltar a trabalhar. Tinha dúvidas, também, com relação à nossa legitimidade, o que para nós, diretamente, enquanto conselheiros nas regionais não nos atinge, porque fomos eleitos no voto, assim como os colegas, também, das entidades, mas o nosso voto foi público, foi a comunidade que votou, mais do que nunca temos legitimidade para falar neste Conselho e sermos representantes, tá ok? Um forte abraço a todos e vamos trabalhar. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro Jackson, pela manifestação. Conselheiros, conselheiras, nesse sentido, a gente evolui aqui na nossa pauta, especialmente, antes de entrarmos na nossa Ordem do Dia, oportunizarmos a fala da Patrícia, para detalhar um pouco mais, responder todas as dúvidas com relação ao processo, à instrução. É para vocês entenderem, acho que é muito importante, e, depois, a gente poder debater, efetivamente, sobre esse tema. A gente ouvir aí, assistir à apresentação da Patrícia.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS 3004 A 3016/2024;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Eu, só antes de evoluir na Ordem do Dia, consulto se vocês têm objeção às atas remetidas a todos os conselheiros, se há alguma objeção, algum pedido de esclarecimento. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** As Atas 3004, 3005, 3006, 3007, 3008, até 3016. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** São algumas atas anteriores que a gente, de forma espaçada vinha aprovando cerca de duas, três atas por reunião, como a gente não teve reunião por um grande período, a gente acabou terminando todas aquelas atas. **Gabriela Brasil, Secretária Executiva:** E teve, também, Secretário, com perdão, Presidente... Nós tivemos, também, um atraso no contrato da taquigrafia, então, tivemos alguns problemas, por isso que acumulou muitas atas para revisão dos conselheiros. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, temos a abstenção do Conselheiro Felisberto, mais algum conselheiro? Questão de Ordem do Conselheiro Eber. **Eber Pires Marzulo (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Desculpa, Secretário, interromper, mas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de minha representação neste Conselho, declara que não participará das reuniões enquanto houver uma decisão judicial, que deve ser respeitada no contexto do Estado Democrático de Direito, havendo uma interpretação, pelo que eu pude perceber, então, distinta daquela da Secretaria, que entende que o recurso altera a decisão. A informação que eu tenho é que a decisão judicial segue tendo valor e, por isso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dada sua condição e referência histórica de conduta, irá se retirar da participação na reunião de hoje e retornará assim que houver uma decisão judicial nesse sentido. Conselheiros e conselheiras, deixo aqui meu abraço a todos e a solicitação de que respeitemos as decisões judiciais para se mantermos a harmonia entre os três poderes, uma conquista da sociedade democrática. Obrigado. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Eber, pela sua manifestação. Continuando aqui, temos abstenção do Conselheiro Felisberto, abstenção do Conselheiro Jackson. Mais nenhuma abstenção? Nesse sentido, então, aprovadas as atas consignadas e encaminhadas aos demais conselheiros. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal**

de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mais duas abstenções. Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Só registrando, abstenção do Conselheiro Wagner e da Conselheira Karine. **APROVADAS AS ATAS 3004 A 3016/2024.** Conselheiros, passamos de imediato, então, ouvir a nossa Diretora de Planejamento Urbano, para que possa fazer a explicação de forma mais detalhada, das etapas já evoluídas no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor, tudo aquilo que já conseguimos evoluir, ainda o que temos pela frente, que, realmente, temos bastante trabalho pela frente. Conselheira Patrícia, por favor. Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, na mesma linha da Universidade, a RGP 1 também, tendo em vista que não há uma decisão e está *sub judice* este Conselho, a RGP 1, também, se retira e só voltará quando houver uma decisão da justiça. Obrigado. Um abraço a todos e a todas. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, consignada a sua irrisignação. Seguimos para a Conselheira Patrícia para poder fazer o uso da palavra.

4. AJUSTE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 04/2021, REFERENTE AO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR;

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos. Conselheiros, também quero dar as boas-vindas a todos vocês. Estou muito contente que a gente vai, depois de um tempo enorme aí, de um processo longo, retomar esse processo e fico feliz, então, que a gente possa retomar as nossas atividades. Então, a partir de hoje, nós pretendemos retornar o andamento das discussões referentes ao processo de revisão do Plano Diretor. No entanto, antes de dar andamento a essas discussões, nós precisamos atualizar a instrução normativa, aquela que nós passamos para vocês, tendo em vista que nós estamos com uma nova gestão do Conselho, precisamos alinhar com vocês, então, o andamento das próximas etapas. Para que vocês possam estar bem inseridos dentro do contexto do processo, considerando que alguns dos senhores estão lidando com esse tema como conselheiros pela primeira vez, antes da discussão da instrução normativa, eu vou apresentar um breve histórico do que desenvolvemos

até o momento dentro do processo, para estarmos todos dentro da mesma página. Então, vamos lá. Alguns já ouviram esse relato muitas vezes. O processo de revisão do Plano Diretor teve seu início lá no ano de 2019, quando foram realizadas as Oficinas Temáticas Territoriais, as quais foram realizadas nas 8 regiões de planejamento e mais uma específica nas Ilhas, que foi demandada por aquela comunidade. Esse momento contou com a participação efetiva dos conselheiros das regiões de planejamento desde a concepção do modelo, onde estes participaram da realização de uma oficina teste, podendo contribuir sobre a metodologia utilizada antes das que seriam aplicadas nas regiões. Nesse mesmo período, assinamos um projeto de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, com o objetivo de apoiar o trabalho da nossa equipe técnica na produção de subsídios para o processo de revisão do Plano Diretor, pro desenvolvimento de uma plataforma de dados, um reflexo delas vocês podem ver nesse resultado da DMI, além de subsídios para as regulamentações e detalhamentos de territórios posteriormente a revisão do Plano Diretor. No entanto, logo em seguida que iniciamos esse trabalho, nós tivemos o advento da pandemia, que paralisou o processo desde 2019, sendo retomado somente no ano de 2021, onde se estabeleceu, então, a Instrução Normativa 04/2021, que foi aprovada no Conselho. A partir da instrução normativa, o processo de revisão do Plano Diretor ficou desenvolvido, estruturado, para ser desenvolvido em 5 etapas. Cada etapa cumpriu sua função dentro do processo. Em relação a cada uma delas, foram realizados diversos processos participativos em formatos distintos, que estão demonstrados aqui na tela. Das etapas, a etapa preparatória foi, acabou sendo a mais longa delas, primeira, que ficou focada essencialmente no desenvolvimento de ações prioritariamente técnicas e de planejamento. No entanto, nessa etapa, foram realizadas as oficinas temáticas territoriais que eu relatei anteriormente e tinha o objetivo de se fazer uma primeira leitura das expectativas da população em relação ao processo. Na sequência, nós temos as duas etapas mais importantes do projeto, do processo, que é a etapa de leitura da cidade e de sistematização de propostas. A primeira, leitura da cidade, a realização dos processos participativos foram fundamentais. Eles tinham a intenção de avaliar a leitura da cidade, junto com a leitura técnica e, também, do ponto de vista comunitário. Com foco em ampliar e qualificar os processos participativos, nós utilizamos

diversas estratégias para buscar entender os anseios da população como um todo dentro desse processo. Dentro desse mesmo período, iniciou, então, o apoio da consultoria Ernest & Young, dentro do projeto de cooperação técnica internacional, para dar subsídio à nossa equipe técnica no desenvolvimento das atividades. Depois, a etapa seguinte, sistematização de propostas, teve como objetivo consolidar os resultados e formatar uma proposta de direcionamento da cidade, que foi consolidada a partir da Conferência de Revisão do Plano Diretor. E, então, nesse momento que estamos agora, etapa de aprovação, na qual vamos discutir e iniciar essa discussão da proposta consolidada, a partir dos resultados da Conferência de Revisão do Plano Diretor, que e com o objetivo de encaminhá-la, finalmente, à Casa do Povo, à Câmara de Vereadores, para apreciação por aquela casa. Dentro da instrução normativa, ainda, nós temos prevista uma etapa de implementação e monitoramento, que seria o acompanhamento do processo e, também, das regulamentações decorrentes. Como eu falei anteriormente, nas principais etapas do processo, tivemos diversos processos participativos realizados, para os quais damos destaque às duas conferências, a Conferência de Avaliação do Plano Diretor, super importante para a questão dos resultados da leitura da cidade e a Conferência de Revisão do Plano Diretor, que buscou dar esse fechamento, essa compatibilizar todos esses resultados que nós tivemos e submetido, então, à avaliação naquele momento. E aí, retomando aqui, a gente tem uma ideia de números de participações relacionadas aos principais processos participativos que nós realizamos. Lembrando que não são todos, além desses processos nós tivemos reuniões, reuniões com a comunidade, reuniões com entidades, visitas a territórios, reuniões com os fóruns de planejamento, então foram diversos momentos participativos em diversos formatos que foram realizados durante todo o processo. Deles, eu vou dar destaque em alguns. O primeiro deles foi às exposições interativas, realizadas no ano de 2022, que elas foram um marco da retomada do processo depois da pandemia e elas tinham objetivo, então, de fazer com que a população presente avaliasse, então, os primeiros resultados que foram mostrados pela população que participou dessas oficinas no ano de 2019. A gente buscou tratar aqui um modelo que ampliasse ao máximo a participação, o engajamento das pessoas nesse formato de exposições, onde a gente ficaria por um período mais longo disponível e, ainda, as pessoas, enfim, tem muitas pessoas que não têm interesse em fazer essa

participação em formato de oficinas. Então, essas pessoas estariam recepcionadas dentro desse modelo, onde elas, individualmente, puderam fazer as suas contribuições. E a gente pode ver o quanto deu certo esse modelo, considerando que esse foi o processo que mais teve um número de participações. Depois a gente dá destaque para as duas conferências, que, enfim, momentos importantes do processo, onde cada uma teve mais de 900 participantes e, também, das oficinas temáticas, que foi uma modalidade inovadora que nós desenvolvemos junto ao processo, onde a gente tinha a participação tanto presencial quanto on-line e, também, com esse momento, conseguimos um engajamento importante. E tudo isso foi compilado, consolidado pela nossa equipe técnica, em diversos documentos, elaborados nas diversas etapas do processo, que foram resultados da compilação das leituras técnicas e comunitárias em cada passo do processo. Para ampliar, mais ainda, o processo participativo, para quem quisesse contribuir de forma qualificada, nós propusemos a criação de grupos ampliados de participação da sociedade, envolvendo, inicialmente, esses três grupos, onde tinha a participação de entidades e universidades, além do próprio Conselho, como o participante legítimo. Logo em seguida, esses grupos, dentro das discussões desses grupos, eles tiveram a necessidade, então os próprios participantes tiveram a necessidade, de ampliar as discussões por temas. E aí, dessa forma, nós propusemos que o trabalho fosse estruturado por 7 eixos temáticos, onde todas as, todos os integrantes, de forma, por adesão, pudessem, então, participar dessas discussões específicas. O trabalho desses grupos foi super importante para realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, onde os integrantes dos grupos atuaram na estruturação do conteúdo que seria abordado, na metodologia adotada, nos palestrantes escolhidos, e alguns integrantes, também, atuaram como apoiadores durante a realização da conferência. O resultado consolidado desses diferentes grupos de trabalho foi apresentado na etapa de leitura da cidade, no Seminário Leitura da Cidade, onde, também, ocorreu uma apresentação da proposta preliminar apresentada pela consultoria, para fins de discussões a serem realizadas nas próximas etapas. Na sequência, os grupos continuaram trabalhando até a realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor que buscou, então que teve esse trabalho de consolidar todo o, compilar todo o resultado desse trabalho que foi realizado, dos anseios da sociedade. Quero registrar aqui que, dentro desses grupos, nós

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

493 tivemos mais de 140 reuniões entre GTs e integrantes dos GTs e 3 reuniões onde todos os
494 integrantes tiveram a oportunidade de participar em conjunto. E a compilação de todo esse
495 trabalho, efetuado pela consultoria, do resultado dos processos participativos, do resultado do
496 grupo dos eixos temáticos, foi compilado pela nossa equipe e base para o desenvolvimento da
497 proposta apresentada na Conferência de Revisão do Plano Diretor. A consolidação resultou em
498 uma série de estratégias e ações que foram organizadas em 5 objetivos, muitos de vocês já
499 ouviram falar. Essas estratégias e ações foram, então, discutidas e priorizadas na Conferência
500 de Revisão do Plano Diretor, realizada no ano de 2023. Os 5 objetivos discutidos na
501 conferência foram esses: 1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do
502 Guaíba; 2. Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários; 3. Reduzir o
503 custo da moradia e garantir o acesso de todos à cidade; 4. Adaptar a cidade para o efeito das
504 mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa; e 5. Fortalecer o
505 planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às
506 dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento. Após a realização da
507 conferência, infelizmente, o processo teve que ser paralisado face à necessidade da realização
508 de uma nova eleição. Dessa forma, na sequência, o foco da nossa secretaria foi realizar as
509 eleições do Conselho, que ocorreram em 2024 e empossaram esse novo grupo que está e que
510 deve acompanhar esse fechamento do processo. No entanto, quando esse grupo iria retornar
511 os trabalhos, infelizmente, nós tivemos o advento da enchente, que, obviamente, direcionou,
512 redirecionou os trabalhos da nossa secretaria e da prefeitura como um todo. Então, só a partir
513 do final do ano de 2024, nossa equipe técnica, também, com o apoio das áreas técnicas afins
514 das demais secretarias, retomou os trabalhos e passou a consolidar a proposta que
515 pretendemos apresentar para discussão junto ao Conselho, momento em que estamos agora.
516 Para vocês, e aqui para quem ainda não acompanha, para que vocês possam acompanhar as
517 ações realizadas, vocês podem acessar todo o conteúdo no site prefeitura.poa.br/planodiretor e
518 acessar os documentos aqui na aba transparência, onde vocês vão encontrar conteúdos
519 diversos, tanto os nossos relatórios técnicos, documentos produzidos, quanto a descrição e a
520 compilação de todos os processos participativos realizados. Qualquer dúvida a respeito, a
521 gente fica à disposição para esclarecimentos. Agora vamos à instrução normativa. Vamos



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

adiante, então. Vou ler, vou fazer a leitura, então: ***Esta instrução normativa dispõe sobre os procedimentos necessários para a continuidade e a conclusão do processo de revisão do Plano Diretor, notadamente quanto à etapa de aprovação, que consiste na apresentação de propostas consolidadas do Plano Diretor e da lei de uso e ocupação do solo, bem como da realização das discussões para a finalização do processo e posterior remessa da matéria à Câmara. Tendo em vista a interrupção dos trabalhos em razão das mudanças do acervo do Conselho, com impacto no andamento da etapa de sistematização de propostas, ficam extintos os grupos de trabalho previstos nos incisos IV e V, do Artigo 6º, e nos incisos do Artigo 6A da Instrução Normativa 04, de 10 de fevereiro de 2021, para fins de prosseguimento da etapa de aprovação, desta que estamos pretendendo iniciar agora, e as subsequentes. Parágrafo único: as atribuições dos grupos ficam delegadas exclusivamente aos integrantes do Conselho, como era lá no início do processo, nos termos do inciso primeiro do Artigo 39 da Lei Complementar 434, de 1º de dezembro de 1999, o nosso Plano Diretor, e o Artigo 39 diz: o órgão de integração do SMGP é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, ao qual compete zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano-ambiental, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor. Artigo terceiro: fica extinto o grupo de trabalho instituído pelo inciso segundo do Artigo 6º, para o desenvolvimento da etapa de aprovação das secretarias, tendo em vista que a especificidade das discussões demanda a realização de reuniões e imersões específicas em cada órgão.*** Reuniões essas que vêm acontecendo. ***Artigo 4º: os processos participativos referentes à etapa de aprovação consistem em: realização de reuniões e visitas locais em continuidade as já realizadas com vistas a consolidar o conteúdo das propostas apresentadas.*** Então aqui, alguns de vocês participaram, nós fizemos diversas visitas, fizemos reuniões, fomos nos fóruns. Ontem mesmo, nós visitamos ali, fizemos uma reunião no bairro Cristal, o Conselheiro Wagner estava presente, então nós vamos seguir nessas visitas e nessas reuniões para, enfim, pactuar a proposta com a população, aqueles que demandaram, enfim, que têm os seus interesses locais. E segundo, a realização de audiência



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pública, que é o ato mais importante para fechamento e necessário para o encaminhamento à Câmara de Vereadores. O Artigo 5º, ele é, simplesmente, uma correção formal da questão das etapas, porque, originalmente, elas estavam com as datas e, considerando o que eu acabei apresentando para vocês, obviamente, as datas não foram cumpridas, então a gente está, simplesmente, simplificando os incisos, mas mantendo a estrutura conforme foi planejada no início. Então, vou ler aqui: **Artigo 5º, fica alterado o Artigo 12 da instrução normativa número 4 de 10 de fevereiro de 2021, conforme segue: Artigo 12: o processo de revisão do Plano Diretor é estruturado em 5 etapas distintas, a saber: etapa preparatória, leitura da cidade, sistematização e propostas, aprovação e implantação e monitoramento. Artigo 6º: fica alterado o parágrafo 4º do Artigo 16 da Instrução Normativa 04, de 10 de fevereiro de 2021, conforme segue: O GTCT e o GTCR avaliarão os resultados consolidados obtidos na leitura da cidade a partir da participação nos eixos temáticos, contribuindo para os resultados e propondo ajustes e complementações quando for o caso.** Então, essas propostas aqui, elas são correções em relação aos eixos temáticos. **Artigo 7º: fica alterado o parágrafo quarto e quinto do Artigo 17 da Instrução Normativa 04, de 10 de fevereiro de 2021, conforme segue: Parágrafo 4º: a sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão apresentadas pela CT, coordenação técnica, ao GTCT, GTCR e ao Conselho, a partir dos eixos temáticos, para que possam, em conjunto, discutir, propor e opinar, bem como indicar ajustes e complementações quando for o caso. Concluídas as discussões nos eixos temáticos, os resultados serão apresentados na Conferência de Revisão do Plano Diretor para recebimento das propostas de alteração, indicações para a revisão da legislação e contribuições on-line.** Então, essa é a questão dos eixos que a gente estava comentando anteriormente. Artigo 8º, então agora, esse Artigo 8º trata do que a gente está propondo para a gente desenvolver agora, tá? Ela é a dinâmica que a gente está propondo, então, para ser realizada junto ao Conselho, sendo que depois dessa dinâmica, aí sim a gente parte para os próximos passos. Então, eu vou ler aqui: **Fica alterado o Artigo 18 da Instrução Normativa 04, de 04 de fevereiro de 2021, conforme segue. O Artigo 18: o resultado consolidado das propostas de todo o processo de revisão do Plano Diretor será encaminhado aos membros do Conselho para discussão e contribuições quando for o caso. Parágrafo único: a**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

realização das discussões do Conselho ocorrerá da seguinte forma: inciso I: a apresentação do resultado consolidado ocorrerá durante 4 reuniões do Conselho, conduzidas pela nossa equipe técnica da Diretoria de Planejamento Urbano da SMAMUS, aqui estão a demonstração. Em cada reunião, serão detalhados conteúdos da proposta e as contribuições sobre os diferentes tópicos abordados, a gente coloca aqui para serem encaminhados até 7 dias após a última reunião. As contribuições que forem entregues em tempo hábil serão compiladas e disponibilizadas no site oficial do Plano Diretor. Aqui uma questão importante que, durante esse período, nossa equipe vai ficar à disposição no período que nós acordarmos, para que, em horário alternativo, os integrantes do Conselho possam, então, vir prestar esclarecimentos, tirar dúvidas, enfim, discutir algum determinado tópico, a gente vai agendar com vocês esse período para ficar à disposição. Assim, vocês, com qualquer dúvida, possam fazer suas contribuições de maneira qualificada. Vamos adiante. Então, depois dessas discussões junto ao Conselho, partimos, então, para a próxima etapa: ***Fica incluído o Artigo 18A na Instrução Normativa 04, de fevereiro de 2021. Artigo 18A: após a conclusão das discussões no Conselho, serão elaboradas as minutas de lei consolidadas para a audiência pública. Parágrafo único: a proposta e as minutas serão disponibilizadas com antecedência mínima de 30 dias da data de realização da audiência pública no site prefeitura.poa.br/planodiretor, onde, também, será possível fazer contribuições. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.*** E aqui o Artigo 11 revoga alguns dispositivos: ***Fica revogado o Artigo 5º, parágrafo 5º do Artigo 16, os parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 17, o Artigo 19 e o Artigo 20, todos da Instrução Normativa 04/2021.*** E aí aqui mostrando, está aqui anotado, o parágrafo 5º, então, foi revogado porque ele já está contemplado aqui no parágrafo 4º do Artigo 6º, que altera o Artigo 16, e o 1º, 2º e 3 do 17, eles já estão contemplados aqui, também. O Artigo 19, ele está substituído, então, por esse Artigo 18A e o 20, ele trata de etapa posterior, que seria um acompanhamento que já vai ser fora do rito do Executivo, já vai estar junto à Câmara de Vereadores. No entanto, o próprio Conselho, tem a legitimidade que está já prevista no Artigo 39 do Plano Diretor. Essencialmente é isso. Fico à disposição para dúvidas, esclarecimentos. Só uma questão. A gente está propondo que essas reuniões sejam feitas de forma presencial, aqui na secretaria,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nós temos um auditório, então para que a gente possa fazer as trocas de maneira mais qualificada. Obrigada! **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Obrigado, Conselheira Patrícia, por nos apresentar, resgatar um pouco dessa história. É tanto tema, às vezes, que se sobrepõe, a gente vai perdendo um pouco dessa caminhada que é grandiosa no sentido de fazer leitura comunitária, leitura técnica, a condução de todos esses processos é desafiador, compor as mais diversas visões de cidade, com muitas, inúmeras oportunidades ainda, tentativas de judicialização, que faz parte do Estado Democrático de Direito. A gente tem que ir superando os obstáculos, evoluindo na medida que a gente consegue. Então, obrigado pela apresentação. Conselheiros inscritos, eventualmente, para dúvidas sobre a apresentação, os detalhes feitos pela Conselheira Patrícia, lembrando que na próxima reunião, então, a gente delibera acerca da portaria, da instrução normativa para poder, efetivamente, evoluir nesse formato presencial. Naturalmente, a gente vai fazer um híbrido, vai gravar e transmitir, mas, assim, como eu sei que é uma demanda de alguns conselheiros de ter essa oportunidade, acho que talvez esse momento presencial para os conselheiros seja uma oportunidade bacana aí de aprofundar a discussão em cada um dos temas, de forma um pouco mais leve do que o formato tradicional, assim das reuniões transmitidas ao vivo, mas, a gente vai, de qualquer forma, disponibilizar o link para aqueles que, eventualmente, não possam participar, mas quem quiser estar conosco aqui, vai ser muito bem-vindo. Temos inscrito, Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu queria tirar algumas dúvidas em relação a esse processo, fazer algumas sugestões. Pelo que eu entendi, a gente faria 4 reuniões presenciais, isso, no auditório, para fazer a continuidade? **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Mas vamos oportunizar o link também. Eventualmente, se algum conselheiro não puder, enfim, participar e quiser participar on-line, a gente vai transmitir de qualquer forma, vai gravar e transmitir ao vivo, mas tem a oportunidade do encontro presencial. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas, e a apresentação essa vai ser encaminhada para nós, com esses resumos, assim, de todo o processo? Eu acho importante. O

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que eu estava vendo ali? Em relação àquela última conferência de avaliação do Plano, aquelas estratégias e tal, e eu acho importante que a gente, nessa proposta do plano, fique muito claro o quanto que o plano estaria atendendo aquelas estratégias, senão a gente faz todo um processo de discussão e fica tudo muito bonito, cheio de palavra linda, cheio de fotografia de gente discutindo, e esquece na prática o que foi discutido, o que foi mencionado. Isso é muito comum, eu não estou criticando a equipe, em especial, porque, justamente, eu já passei por muitos desses processos de discussão e é difícil de incorporar tudo e de não perder a objetividade, de incorporar aquelas coisas e identificar em que medida. Às vezes, se faz o plano exatamente o oposto daquilo que foi mencionado nas próprias estratégias. E, então, assim, eu acho, fica aí uma sugestão para que a gente tenha como um fio condutor dessa discussão do plano, aquelas estratégias que foram traçadas ali, que são 5, eu acho. Então, aquilo ali tem que ficar muito claro, em que medida, quais dos dispositivos do plano estão atendendo essa, a diminuir, facilitar o acesso à habitação, a questão das mudanças climáticas. Tem ali alguns eixos bem claros e eu acho que a gente tem que fazer essa revisão olhando isso: nós estamos atendendo aquilo que o processo participativo levantou? Porque, senão, a gente perde esse, todo esse esforço de participação. Então era mais ou menos essa a minha colocação e, depois, a gente pode continuar. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bem, obrigado, Conselheira Jussara, muito bem-vinda, sim, a sua contribuição. E, também, comungo desse pensamento, acho que é oportunidade do debate, certamente, vai demonstrar isso, a ideia de como, através da revisão das camadas de zona, quanto da estruturação dos projetos, de gestão, de organização, como é que o município se organiza para o atendimento dessas diversas estratégias que foram desenhadas, demandadas nesses, nesses inúmeros processos participativos, cruzados com a leitura técnica. Efetivamente, então, é o desafio, efetivamente, de a gente fazer esse debate e demonstrar, efetivamente, o que está se alcançando em cada um desses objetivos, esses 5 objetivos gerais que a Patrícia lembrou aqui, que foram objeto da conferência, das estratégias dos outros momentos. Mais algum conselheiro? Não sei se a Patrícia quer contribuir, enquanto alguém, eventualmente, se inscreve. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Não, só queria agradecer a contribuição da Jussara. Eu acho que ela tocou num ponto, justamente, do tom do trabalho que a gente buscou desenvolver, o foco no atendimento dos objetivos e naquelas estratégias e ações que foram priorizadas. Então, vocês vão ter oportunidade de avaliar, fazer suas considerações, complementações, se for o caso, mas fiquei feliz com a fala da Jussara porque esse foi o nosso incansável desafio durante o desenvolvimento da proposta. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, obrigado, Patrícia. Conselheiro Zago inscrito. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul – SINDUSCON-RS:** Não, acho que o resumo que a Patrícia fez mostra exatamente aquilo que eu falei no início do período de comunicações. A grande quantidade de reuniões, de participação popular, etc., etc., etc., de fato, acho que a Jussara tocou num ponto muito importante. É complicado conseguir fazer uma síntese, conseguir criar um rumo só diante de tantas propostas, de tantas opiniões. Mas eu acho, assim, que a equipe está bem preparada. Acho que durante todo o processo de discussão nas comunidades, os diversos eventos que tiveram, em cada um deles, a equipe toda teve sempre bem atenta às discussões, atenta às opiniões, atenta, eu mesmo, várias vezes, consultei a equipe a respeito de várias coisas durante o processo de participação e vi, também, que foram muito solicitados e todos atendidos. Então, de novo, eu reforço a ideia, essa parte final de discussão, que é a respeito da compilação, é mais uma oportunidade de a gente, também, contribuir, até porque nós, também, ouvimos várias coisas durante esses eventos. Se a gente achar que tem alguma coisa que possa contribuir, somar no resumo, na compilação que a equipe está fazendo, acho que pode contar com todos nós, eu acredito que eu possa estar falando isso por todos. Acho que estamos aqui para contribuir nesse sentido, de ajudar nessa compilação. Era só isso. Parabéns a toda a equipe de novo. Me deu um cansaço de ver o resumo, viu Patrícia, mas vamos lá, está faltando pouco agora. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bem, obrigado, Conselheiro Zago, pela sua contribuição. Conselheiro Jackson inscrito também. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, eu fiquei surpreso agora com esse resumo que a nossa

696 diretora fez aí, a Patrícia, porque eu também não esperava que a gente tinha trabalhado tanto
697 com esses GTs e com tantas horas de trabalho, tantas funções. Eu lembro da gente ter, às
698 vezes, duas reuniões na mesma semana e tal, mas é gratificante ver que a gente conseguiu
699 produzir bastante coisa, bastante material e participando de todas as maneiras possíveis, tanto
700 nas comunidades como em vários setores. Mas, enfim, eu fiquei pasmado agora, Patrícia,
701 sinceramente, não esperava que a gente tinha feito mais de 100 reuniões, enfim. Parabéns pelo
702 trabalho aí, vamos seguir em frente. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal**
703 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Também, obrigado,
704 Conselheiro Jackson pela contribuição também. Não sei se temos mais alguma contribuição,
705 conselheiros. O Conselheiro Larre ali parabeniza pela apresentação. Senão a gente evolui,
706 também, na nossa pauta, efetivamente. Eu sei que ainda tem um tempinho para as 8h00, mas
707 como a gente tem ainda alguns processos pautados, é importante que a gente tenha
708 continuidade, então, aqui. Lembrando, na próxima reunião, então, a gente tem, também, aí,
709 efetivamente, debate e deliberação. Vamos abrir a oportunidade para debate e deliberação com
710 relação à proposta de instrução apresentada, atualização aqui pela Conselheira Patrícia. Se
711 concluindo, a gente segue sempre na nossa pauta, na nossa Ordem do Dia. Então, peço
712 atenção a todos os conselheiros que, também, possam avaliar todos os processos que,
713 eventualmente, estejam sob sua relatoria, se apropriar dos temas para a gente poder dar
714 continuidade aqui à nossa ordem do dia. Então, eu passo, de imediato, ao Item 4.5 da nossa
715 pauta, aliás, 4.6, a 4.5 é um pedido de prorrogação, por parte... **Gabriela Brasil, Secretaria**
716 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por parte da
717 SMDet. Foi distribuído e está com a SMDet e ela me verbalizou durante a semana que
718 precisaria de um pedido de prorrogação. É isso, Conselheira Fernanda? **Germano Bremm**
719 **(Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
720 **SMAMUS:** Perfeito. Então, se não houver objeção ao pedido de prorrogação, a gente
721 prorroga esse prazo. Lembrando que eu peço a todos que fiquem atentos aí aos processos
722 distribuídos, para que a gente possa evoluir, efetivamente, nas nossas pautas, já que eles estão
723 distribuídos há bastante tempo. Então, para que a gente tenha assertividade, a gente possa dar
724 seguimento. Eu vou passar, então, ao Item 4.6 da pauta, é o Expediente 24.0.0039463-3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Região de Planejamento 2, a relatoria da STICC. A entrega desse parecer, de relato, foi em 24/02/2023, bastante tempo. Então, eu queria, primeiramente, passar, ouvir a relatoria. Eu não sei. O Conselheiro Jorge é conselheiro relator. É um estudo de viabilidade urbanística para passarela em área de logradouro de acesso privado, independente do Colégio das Províncias de São Pedro. Eu vou ouvir, eu não sei, Patrícia, se tu tens. É que no fim a gente estava com a pauta aqui da reunião, da instrução normativa, não sei se tu preparou, se tem ali a apresentação, acho que não. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, hoje eu estou sem, até pedi para os colegas aqui, assim que eu receber eu passo. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá. Vamos fazer o seguinte, então, conselheiros, a gente até tinha programado imaginando que o debate da instrução normativa ia se estender ao longo da noite e acabou que não, trazendo aqui as apresentações. Eu acho, de fato, tem que relembrar a todos, dos projetos, senão a gente vai ficar um pouco inseguro no sentido de deliberar. Então, se todos concordarem, retomamos a nossa reunião na semana que vem. E aí já deliberando sobre instrução normativa e, na sequência, a apresentação, então, efetivamente, dos projetos em pauta. Vamos diretamente para o Item 4.6 da pauta, e depois, na sequência, 4.7, que todos já estão com pareceres, foram devidamente informados, para que a gente possa evoluir de reunião em reunião um pouquinho nesse debate. Tá bem, conselheiros? Obrigado pela oportunidade do convívio. Uma excelente noite a todos, que a gente possa evoluir aí na próxima reunião nesse debate tão importante para nossa cidade que é a revisão do Plano Diretor. Até mais, tchau, tchau!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.